

Exigida a saída de Sarney

25 JUL 1981
Das sucursais

Ao traçar ontem em Porto Alegre "um perfil do comandante nacional do PDS", o deputado estadual gaúcho Guido Moesch sugeriu que este fosse exercido pelo senador Jarbas Passarinho e não por seu colega José Sarney. "Fundamentalmente, o PDS precisa de um homem que tenha a coragem de afirmar, porque dizer 'sim' e 'amém' não basta, às vezes é preciso dizer 'não' e 'basta' — observou o parlamentar pedessista. Para Moesch, o presidente do PDS, 'nessa época de abertura', precisa ser 'acima de tudo independente e destemido'."

O deputado acusou a "insensibilidade das decisões de gabinetes", alertando que são elas que deixam a classe política "cada vez mais inconformada". Ele explicou, assim, que "as manifestações contra o comando nacional pedessista" têm como objetivo a exigência de uma "postura mais agressiva do partido, para que o eleitor possa distingui-lo do governo, não debitando a ele os erros deste".

Na opinião de Moesch, o próprio presidente da República tem dado provas de descontentamento em relação ao comportamento do "comando nacional do PDS". Uma dessas provas, apontou, foi "o verdadeiro desabafo feito recentemente, ao alertar que a classe política não lhe está oferecendo soluções". João Figueiredo igualmente mostrou-se insatisfeito com seu partido, segundo Moesch, ao afirmar que "os políticos devem trazer ao presidente o que o povo quer e não devem levar ao povo o que o presidente deseja".

CRÍTICA

"A vinculação de votos não deve ser imposição legal e, sim, compromisso moral livremente assumido pelo filiado a seu partido", afirmou ontem, em Brasília, o ex-presidente da Câmara, deputado Flávio Marcílio, presidente do PDS cearense, que condenou ainda a extensão da sublegenda à eleição de governador e defendeu a proibição de coligações partidárias.

Crítico do relatório enviado pelo PDS ao Palácio do Planalto, disse Flávio Marcílio: "Apesar de minucioso na

pesquisa de elementos, ele fugiu ao objetivo principal que era o de apresentar a opinião oficial do partido. Deixar a solução de tais problemas ao presidente da República é uma fuga que não valoriza o PDS nem o Congresso".

O deputado do PDS disse ainda que "a vinculação não deve ser imposição legal, e sim compromisso moral do filiado ao seu partido". Quanto à sublegenda, na sua opinião, enfraquece a formação do partido, pois estimula diversas tendências em seu organismo. O deputado é contra as coligações partidárias, pois seria "retorno ao bipartidarismo".

TRISTEZA

Já o deputado Rubens Ardenghi (PDS-RS), disse ontem em Porto Alegre que observou "com tristeza o relatório que o PDS entregou ao governo sobre a reforma eleitoral". Para ele, "o relatório é muito vago e impreciso em alguns pontos" e "deveria ser mais conclusivo e menos sugestivo".

Diz que "há necessidade de uma reforma profunda, porém estável e democrática, sem casuísmos e que não precise ser reformulada a cada eleição". Para Rubens Ardenghi, "chegou a hora de o PDS se assumir mais como partido e assegura que para isso é necessário mudar a direção do PDS, que está incrustada de bajuladores".

O senador Aderbal Jurema é contra o voto do analfabeto em qualquer nível, pois, na sua opinião, "a pessoa alistável é elegível segundo princípio defendido desde a Constituinte do Império".

O vice-líder do PDS na Câmara, deputado Carlos Alberto (RN), declarou-se confiante na vitória do seu partido nas eleições de 82, contestando a ideia de que as reformas eleitorais serão elaboradas de forma a beneficiar o PDS. "A abertura promovida pelo governo, disse ele — é uma prova cabal das intenções do presidente Figueiredo de implantar a democracia no Brasil".

Carlos Alberto é candidato a governador do Rio Grande do Norte pelo PDS, tendo sido eleito em 1978 pelo MDB. Passou depois para o PTB, em seguida para o PDT, ingressando em abril no partido governista.

ESTADO DE SÃO PAULO

pe
de
de
de
tri
de
na
Le
gu
re
PJ

qu
to
A
Ri
sa
ch
ur
ci
de
pe
pe
m
li
ge
ac